



PARECER PRÉVIO Nº 78/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12456/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Marãã.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Luiz Magno Praiano Moraes (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** Dicami, Dicrea e Dicop.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6240/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação** das contas do **Sr. Luiz Magno Praiano Moraes**, prefeito de Marãã, referente ao exercício de 2019, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96, c/c art. 11, II, da Resolução nº 4/02 – TCE/AM, em razão das falhas não sanadas referente a atos de gestão e de governo expostas na fundamentação do voto.

- 11- **Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 1º de novembro de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.



ACÓRDÃO Nº 78/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 78/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12456/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Marãã.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Luiz Magno Praiano Moraes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** Dicami, Dicrea e Dicop.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6240/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2019.

Revelia. Ofício. Determinação. Ciência.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o Sr. **Luiz Magno Praiano Moraes**, nos termos do §4º do art. 20 da Lei nº 2.423/96, conforme fundamentação do voto;
- 10.2. **Oficiar à câmara municipal de Marãã** para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial quanto ao **prazo de 60 dias** para julgar as contas do **Sr. Luiz Magno Praiano Moraes**, a contar da data da publicação do parecer prévio desta Corte no Diário Oficial;
- 10.3. **Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo – Secex** que adote as medidas necessárias para a autuação de processo autônomo a fim de apurar responsabilidade do gestor em relação às impropriedades não sanadas n. 1.1.1, 1.1.2, 2.1.1, 2.1.2, 2.2.1, e 3.1.2, identificadas pela Dicop, e as falhas n. 1 a 34, detectadas pela Dicrea e pela Dicami, todas colacionadas na fundamentação do voto;



ACÓRDÃO Nº 78/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 78/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.4. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, nos termos do art. 190, III, b”, da Resolução nº 4/2002 – TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis;
- 10.5. Dar ciência** deste voto e do parecer prévio a ser exarado por esta Corte ao **Sr. Luiz Magno Praiano Moraes**;
- 10.6. Arquivar os autos**, expirados os prazos legais.

- 11- Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 1º de novembro de 2022.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral